



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

O PRONERA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E A SUA EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA

Pronera as a public education policy in the countryside and its experience at Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Pronera como política de educación pública en el campo y su experiencia en la Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v23.955>

Aldiva Sales Diniz¹

Histórico do Artigo:

Recebido em 28 de junho de 2023

Aceito em 30 de junho de 2023

Publicado em 23 de julho de 2023

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como política pública de Educação do Campo construída com os movimentos sociais camponeses e as Universidades. Em seguida traz a experiência de um programa realizado na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral/Ceará, que se deu através de um Curso de Segunda nas Áreas de Ciências Humanas e Sociais: (Licenciatura em Geografia; Licenciatura em História); com o objetivo de habilitar professores e professoras e outros profissionais da educação com formação inicial em pedagogia ou em outra licenciatura que estivessem morando em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária. Esta experiência nos levou a concluir que a Educação do Campo não é um ato isolado, mas coletivo e seu impacto social teve um grande alcance, não somente para os agricultores e agricultoras que fizeram os cursos, mas para os(as) jovens que moram nas áreas de Assentamento de Reforma Agrária pois, terão outras possibilidades de participar da criação de condições para permanência no campo com uma vida digna.

Palavras- Chave: Pronera. Política Pública. Educação do Campo.

SUMMARY

The aim of this article is to analyze the National Program for Education in Agrarian Reform (PRONERA) as a public policy for Rural Education built with peasant social movements and Universities. It then brings the experience of a program carried out at the State University Vale do Acaraú, in Sobral/Ceará, which took place through a Monday Course in the Areas of Human and Social Sciences: (Degree in Geography; Degree in History); with the aim of qualifying male and female teachers and other education professionals with initial training in pedagogy or in

¹ Professora do curso de Geografia e do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Email: aldiva_sales@uvanet.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9680-4617>



another degree who were living in areas of Agrarian Reform Settlements. This experience led us to conclude that Rural Education is not an isolated act, but a collective one, and its social impact had a great reach, not only for the men and women farmers who took the courses, but for the young people who live in the areas of Agrarian Reform Settlement, as they will have other possibilities to participate in the creation of conditions for staying in the countryside with a dignified life.

Keywords: Pronera. Public Policy. Field Education.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar el Programa Nacional de Educación en Reforma Agraria (PRONERA) como una política pública de Educación Rural construida con los movimientos sociales campesinos y las Universidades. Luego trae la experiencia de un programa realizado en la Universidad Estadual Vale do Acaraú, en Sobral/Ceará, que tuvo lugar a través de un Curso de lunes en las Áreas de Ciencias Humanas y Sociales: (Licenciatura en Geografía; Licenciatura en Historia); con el objetivo de capacitar a docentes y maestras y otros profesionales de la educación con formación inicial en pedagogía o de otro grado que residían en zonas de Asentamientos de la Reforma Agraria. Esta experiencia nos llevó a concluir que la Educación Rural no es un acto aislado, sino colectivo, y su impacto social tuvo un gran alcance, no solo para los campesinos y campesinas que tomaron los cursos, sino para los jóvenes que viven en las áreas de Asentamiento de la Reforma Agraria, ya que tendrán otras posibilidades de participar en la creación de condiciones para permanecer en el campo con vida digna.

Palabras Clave: Pronera. Política Pública. Educación de campo.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como política pública de Educação do Campo desenvolvido nas Universidades e apresentar uma experiência de formação de professores realizada na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). O Referido curso surgiu como uma demanda dos movimentos sociais campesinos para colocar em prática a educação do campo que teve como materialidade a conquista das Escolas do Campo de Ensino Médio nos Assentamentos de Reforma Agrária no Ceará.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA surgiu fruto da luta dos movimentos sociais do campo na luta por reforma agrária. Nos últimos vinte anos, as lutas pela terra e pela reforma agrária promoveram mudanças importantes no campo brasileiro, modificando a paisagem, construindo um novo sujeito que transformou a sua própria geografia, latifúndios viraram assentamentos. Assim sendo, à criação do PRONERA marcou, não somente uma vitória dos movimentos sociais e sindicais do campo e por meio de uma linha reivindicatória, demarcou também o caráter de importância de um modelo de educação formal para os sujeitos vinculados direta e indiretamente a esses movimentos.

Esse modelo que ficou denominado de Educação do Campo surge marcada pelo ideal de que os camponeses devem ser os protagonistas e construtores de sua própria educação.

Foram eles que, no processo histórico de formação do território brasileiro, foram excluídos não somente do acesso à terra, mas também do acesso à educação. Esses sujeitos sociais sempre foram tratados de forma pejorativa, sendo considerados, seres atrasados e subdesenvolvidos. Neste sentido, a Educação do Campo vem contribuindo com um novo olhar sobre o campo afirmando o campo como espaço de vida e trabalho social ao mesmo tempo que tem fortalecido os Assentamentos de Reforma Agrária.

Como resultado dessa conquista para os movimentos sociais e sindicais do campo, o PRONERA, criado oficialmente em abril de 1998, tem como objetivo principal a redução dos níveis de analfabetismo, bem como a promoção da elevação dos níveis de escolarização de jovens e adultos procedentes de Assentamentos da Reforma Agrária

Nesta perspectiva, o PRONERA objetiva capacitar os agricultores e agricultoras para atuarem no campo, e possibilitar a afirmação da Educação do Campo juntamente com o fortalecimento dos ideais coletivos, por meio de uma educação que leve em consideração os valores e costumes dos camponeses.

Na esfera estatal, sua construção foi regulada por um histórico de ações junto aos órgãos governamentais por meio dos movimentos sociais e sindicais do campo, e vem atuando por meio de um modelo concebido como Educação do Campo. Carvalho (2018) ressalta que, como aspecto inovador, o Programa apresenta duas (02) particularidades que lhes são inerentes: a primeira consiste na criação e implementação de uma metodologia pedagógica de ensino relacionada com a realidade sociocultural dos assentamentos e a segunda consiste na transformação acadêmica e social, a partir de um modelo de gestão definida na participação de três (03) instituições como o INCRA, representando o governo federal, os movimentos sociais, sindicais e as instituições de ensino superior públicas e privadas sem fins lucrativos, formando a tríade do modelo de gestão participativa

Na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) as experiências começaram com a Alfabetização de Jovens e Adultos e posteriormente com o Curso de Segunda Licenciatura. O primeiro projeto durou de 1998 a 2002, foi um projeto de alfabetização de jovens e adultos com uma proposta educativa que possibilitou a reflexão da vivência diária nos assentamentos. orientado por linhas pedagógicas articuladas à luta pela conquista da terra, com base na vertente da educação popular proposta pelo grupo de Paulo Freire na década de 1960.

O segundo projeto teve duração de dois anos, começando em 2015 e finalizado em 2017, com um Curso de Segunda Licenciatura nas Áreas de Ciências Humanas e Sociais: Licenciatura em Geografia; Licenciatura em História; com o objetivo de habilitar professores e

professoras e outros profissionais da educação com formação inicial em pedagogia ou em outra licenciatura que estivessem morando em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária.

Como uma melhor forma de apresentar este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: Em um primeiro momento, recupera as características do PRONERA como política pública construída no diálogo entre movimentos sociais, universidades e governo(s), trazendo também, uma reflexão da importância da Educação do Campo. Em um segundo momento, relatamos e analisamos a experiência de um curso de Segunda Licenciatura nas Áreas de Ciências Humanas e Sociais, Licenciatura em Geografia e Licenciatura em História. Este tinha como objetivo habilitar professores(as) e outros profissionais da educação com formação inicial em pedagogia ou em outra licenciatura que estivessem morando em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária.

Por último, concluímos mostrando a importância e o alcance social dessa política para os agricultores e agricultoras, pois a Educação do Campo traz, consigo, uma série de valores e práticas que buscam uma valorização do modo de vida camponês, estando assim dentro do paradigma de interpretação da revalorização do campo.

O PRONERA E SUA CONSOLIDAÇÃO COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA

O PRONERA surgiu fruto da luta dos movimentos sociais do campo por reforma agrária que conforme nos lembra Fernandes e Molina (2004), nos últimos vinte anos, as lutas por terra e pela reforma agrária promoveram mudanças importantes no campo brasileiro, modificando a paisagem, construindo um novo sujeito que transformaram a sua própria geografia, latifúndios viraram assentamentos. Essa complexidade que a luta pela terra adquiriu trouxe novos desafios aos movimentos sociais, sendo necessário buscar novas formas de resistência, fazendo com que entrasse em pauta a luta pelo acesso ao conhecimento

Conforme avalia Diniz (2019, nesse sentido,

os movimentos sociais do campo, em especial o Movimento dos Sem Terra – MST discutem a problemática da educação, considerando a necessidade de existência de uma nova proposta de educação voltada para suas especificidades. Assim sendo, esse movimento, além da luta pelo acesso à terra, passa a pautar também a luta pela educação, na compreensão de que a luta pela terra perpassa pela luta por uma educação e escolarização para uma população historicamente excluída das políticas públicas. (DINIZ, 2019 p. 328)

O PRONERA decorre da discussão entre o Movimento dos Sem-Terra (MST) e as Universidades, no evento que ficou conhecido como I Encontro Nacional dos Educadores e

Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em Brasília, em julho de 1997. Esse evento é marcado pelo esforço de diversos/as educadores/as envolvidos/as em assentamentos para garantir e ampliar as atividades já fomentadas.

Tem como público-alvo jovens e adultos moradores em Assentamentos de Reforma Agrária. Conforme já analisou Diniz (2002/2003), este Programa foi uma resposta às demandas sociais por educação, a partir da constatação revelada pelo I Censo da Reforma Agrária do Brasil realizado em 1996, que mostrou a baixa escolaridade dos assentados e assentadas:

A escolaridade nos assentamentos de Reforma Agrária é baixa e há um alto índice de analfabetismo, chegando em alguns Estados a 70% e registrando uma média nacional de 45%, ou seja, o percentual de analfabetos nos assentamentos rurais do país é maior que a média do país. Estas altas taxas de analfabetismo no meio rural acontecem devido uma série de fatores, como: dificuldades de acesso às escolas (estradas precárias), necessidade das crianças em ajudar os pais nas tarefas diárias nas propriedades, distâncias das propriedades até as escolas. Os índices de analfabetismo no meio rural brasileiro, permanecendo nos níveis em que se encontram, podem ser um forte obstáculo à viabilização da Reforma Agrária no país. Na maioria dos casos o ensino que é oferecido à população rural é o mesmo que é dado a população urbana, nem sempre sendo o mais adequado a quem mora no campo, visto que o contexto é diferente no que diz respeito a valores e cultura. (INEP/ I PNERA 2005).

Diante dessa realidade os movimentos pautaram a luta pela Educação do Campo como sendo necessária para um projeto de reforma agrária, nesse sentido a educação desempenha um papel estratégico no processo de sua construção e implementação. Respeitando a diversidade dos sujeitos e defendendo o campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer com o olhar sempre voltado para a especificidade social, cultural e ambiental dos sujeitos. Assim sendo, fundamenta as necessidades concretas dos povos do campo. Tal luta faz parte da pauta da Educação do Campo, na perspectiva de criação de políticas públicas voltadas para a alfabetização de jovens e adultos, até políticas que garantam a elevação de escolaridade desses sujeitos.

Foi nesse contexto de luta que evidenciamos o nascimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como forma de garantir a formação dos camponeses e camponesas. O programa foi criado em 16 de abril de 1998, por meio da portaria N° 10/1998, publicada pelo então Ministério Extraordinário da Política Fundiária e, foi ratificado como política pública pelo Decreto N° 7.352 de 4 de novembro de 2010.

O PRONERA nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo. Desde então, milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de reforma agrária têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis e modalidades de ensino. O Programa promove a justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação, na alfabetização e escolarização de jovens e adultos, na formação de educadores para as escolas do campo e na formação técnico-

profissional de nível médio, superior, residência agrária e pós-graduação lato sensu e stricto sensu. (BRASIL, 2016, p. 08).

Neste sentido, o PRONERA é fruto de discussões sobre a necessidade de se pensar a educação para o campo, nas áreas de Assentamentos de Reforma Agrária, para “fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos educacionais, com a visão de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2016, p. 9). Está alicerçada nos princípios da democratização do acesso à educação; inclusão; participação; interação, multiplicação e participação social. Tem como objetivo principal a redução dos níveis de analfabetismo, bem como, a promoção da elevação dos níveis de escolarização de jovens e adultos procedentes de assentamentos da Reforma Agrária

O PRONERA constitui-se de uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, as Universidades e os Movimentos Social e Sindical do campo. Cada parceiro envolvido segue uma linha para possibilitar o funcionamento do programa. As Universidades se responsabilizam pela mediação entre o INCRA e os Movimentos Sociais, bem como a elaboração dos projetos; acompanhamento pedagógico nas áreas e por fim são responsáveis pela gestão dos recursos financeiros do programa. Os Movimentos Sociais têm o papel de mobilização das comunidades, acompanhamento das atividades e a aplicação dos recursos. As Superintendências Regionais do INCRA fazem a articulação entre os parceiros, através da observação e identificação das necessidades educacionais das áreas, bem como, a verificação a aplicação dos recursos.

Nas parcerias entre governo federal, universidades e movimentos sociais foram estruturados cursos técnicos, formação de professores inicial e continuada, alfabetização de jovens e adultos, grupos de pesquisas, elaboração de materiais, criação de fóruns, entre outros. Nesse sentido, o PRONERA tem contribuído com a valorização dos sujeitos do campo, da materialidade da vida, dos conhecimentos populares, das estratégias coletivas para a contraposição à hegemonia dominante e ao Estado capitalista.

A práxis político-pedagógica construída nas universidades que têm cursos do PRONERA mantém o princípio de indissociabilidade prática-teoria-prática, de parceria governos-universidades-movimentos sociais

A luta pela conquista do referido Programa buscou desenvolver um projeto de Educação do Campo que reconhece o saber popular, que valorize o conhecimento dos educandos e leve em consideração as especificidades do campo, como exposto abaixo:

A educação do campo deve ser uma educação que assuma a identidade do meio rural, não só como uma cultura diferenciada, mas como um contexto em que se efetive um

projeto de desenvolvimento do campo, ou seja, uma escola do campo comprometida com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura de quem vive e trabalha no campo. (MORIGI 2003: 24).

Portanto, da luta pela reforma agrária, que interroga condicionantes estruturais históricos, como a concentração da terra, constitui-se a luta pela Educação do Campo. Conforme Souza e Paula (2022) o PRONERA é a expressão mais forte da concepção da Educação do Campo porque tem e mantém suas raízes no movimento social, aprofunda debates sobre a produção da existência humana e as relações entre classes no modo de produção capitalista.

A Educação do Campo como um paradigma em construção busca através de sua inserção no campesinato, contribuir com o fortalecimento da identidade do camponês bem como o fortalecimento do seu território. Nesse sentido, a Educação do Campo é entendida como um projeto educacional que leva em consideração a vivência dos camponeses. Suas práticas sociais fortalecem o sentido de identidade e pertencimento no meio em que vivem. Nesse entendimento é que se vai construindo Segundo Oliveira (2010) o paradigma da Educação do Campo:

O paradigma da Educação do Campo busca reunir o conhecimento da classe trabalhadora no campo e a cultura camponesa, para construir uma identidade que lhe é própria. Os seus ideólogos são os próprios sujeitos dessa educação, que trabalham e vivem no campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, pelas lutas sociais, que por muitos anos foi tratado de modo preconceituoso, discriminatório (OLIVEIRA, 2010, p. 77)

Portanto é uma educação que leve em consideração os valores e os costumes dos camponeses e camponesas e, que eles sejam próprios os próprios sujeitos da Educação do Campo que conforme Kolling (2022)

Os sujeitos da Educação do Campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos dessa realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria dessa herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas e pedagógicas. (KOLLING, 2002, p. 20).

Foi no sentido de contribuir com esse processo que a Universidade Estadual Vale do Acaraú começou, logo após a criação e aprovação do PRONERA, uma parceria firmada entre o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, MST - Movimento dos Sem-Terra, e FETRAECE - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará. Inicialmente com a Alfabetização de Jovens e Adultos e mais recente, com um Curso de Segunda Licenciatura, conforme veremos no item a seguir.

A EXPERIÊNCIA DO PRONERA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA

A construção do PRONERA no Ceará, foi regulada por um histórico de ações junto aos órgãos governamentais por meio do MST (Movimento dos Sem Terra) e FETRAECE (Federação dos Agricultores e Agricultoras) e vem atuando por meio de um modelo concebido para a Educação do Campo, sob a responsabilidade de três universidades: a UFC (Universidade Federal do Ceará), a UECE (Universidade Estadual do Ceará), ambas em Fortaleza, e a UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), em Sobral.

Nesta última, o PRONERA se desenvolveu, inicialmente, com os seguintes parceiros: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), MST (Movimento dos Sem-Terra) e FETRAECE (Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará). Em Sobral trabalhamos com os assentamentos do MST, da FETRAECE e do INCRA. Assim sendo, vamos encontrar diferentes formas no processo de mobilização e luta pela conquista da terra de trabalho. Estas resultam também em diferenças entre assentamentos/assentados que vão além das questões econômicas e sociais.

Um dos cursos realizados pelo PRONERA/UVA teve início ainda em 1998 com um projeto de Educação de Jovens e adultos, nesse momento segundo nos informou Diniz (2002/2003), foram beneficiados 42 Assentamentos de Reforma Agrária o que representava 21% de Assentamentos do Estado do Ceará. Estes estavam localizados em Sobral, Barroquinha, Camocim, Cariré, Granja, Forquilha, Massapê, Senador Sá, Santana do Acaraú, Santa Quitéria e Tinguá.

O PRONERA/SOBRAL tinha como meta a alfabetização de 1.460 jovens e adultos nas áreas de assentamento de reforma agrária da Zona Norte do estado do Ceará. Previa também a capacitação de 73 assentados(as), que depois de treinados pelos professores(as) universitários(as), assumiram, ao lado de suas atividades agrícolas, a tarefa de alfabetizadores(as). Estes receberam o nome de Monitores. Outra meta do projeto era escolarização desses Monitores, que foi viabilizada em parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA/Sobral.(DINIZ, p. 116 2002/2003).

Ainda segundo Diniz (2002/2003 p. 117) foram formadas 73 turmas com 20 alunos por sala com um tempo total de alfabetização de 560 h/a. Para conciliar as aulas com as atividades diárias dos alunos, foram ministradas duas/aula todos os dias da semana, totalizando 14 meses de aula. As aulas foram ministradas das 19:00 às 21:00 horas.

A conquista do PRONERA, mesmo compreendida como ferramenta a mais para Educação do Campo, por si só não garantiu solucionar os problemas relacionados com a intensa taxa de analfabetismo no campo conforme nos informa o PPP do Programa Segunda Licenciatura nas áreas de Ciências Humanas e Sociais (2013).

No campo, encontram-se as maiores taxas de analfabetismo e o maior contingente de crianças fora da escola. No Brasil, das 923.609 famílias que vivem em assentamentos 15,58% das crianças não são alfabetizadas; 42,27% cursaram apenas até antiga 4ª série; 27,27% concluiu o ensino fundamental. Somente 6,4% concluíram a Educação Básica (Ensino Fundamental e médio (MST, 2011). Além disso, os currículos estão desvinculados das realidades, das necessidades, dos valores e dos interesses dos estudantes que residem no campo, o que impede que o aprendizado, de fato, se transforme em um instrumento para o desenvolvimento local. (PPP, p. 7 2013)

Nesse sentido, surge a necessidade de criação de escolas públicas de ensino médio nos Assentamentos de Reforma Agrária, combinado com a luta pela preservação de suas escolas de ensino fundamental e combinada, também, com a luta já travada pelo direito à educação em todos os níveis.

Nessa combinação de lutas surge a necessidade de criação de escolas públicas nos espaços de reforma agrária e pelas organizações e comunidades camponesas, que resistiram na luta pela preservação de suas escolas, suas comunidades, seu território, enfim, sua identidade. (PPP p. 9 2013)

No Ceará, conforme nos lembrou Gomes (2013), a luta pela Educação do Campo, e a conseqüente trajetória de luta por escolas do campo se inicia no ano de 2007. Esta luta travada pelos movimentos sociais do campo levou a conquista de dez Escolas do Campo de Nível Médio, em Áreas de Assentamentos de Reforma Agrária, quais sejam: Lagoa do Mineiro em Itarema; 25 de Maio, em Madalena; Santana em Monsenhor Tabosa; Maceió em Itapipoca; Pedra e Cal em Jaguaratama; Santana da Cal em Canindé; Bonfim Conceição em Santana do Acaraú; Antônio Conselheiro em Ocara; Mombaça em Morada Nova e Canaã em Quixeramobim. Essas escolas deverão atender, prioritariamente, o segundo segmento do ensino fundamental e nível médio, onde encontramos os mais baixos índices de oferta escolar no campo

Com a conquista dessas escolas materializando um novo modelo de escola surge, também, a necessidade da formação de educadores para atuarem nas mesmas. Conforme nos mostra o Projeto Político Pedagógico do Programa Segunda Licenciatura nas áreas de Ciências Humanas e Sociais (2013), a conquista dessas escolas, evidenciou outros desafios, a existência de uma demanda de educadores com formação para as áreas específicas do conhecimento, habilitados para o segundo segmento do ensino fundamental e médio, bem como, uma grande lacuna na formação inicial desses profissionais para o trabalho docente no campo, nos marcos da Educação do Campo. Assim sendo, surgiu a emergência e exigência da formação dos(as)

professores(as) com habilitação adequada para lecionarem utilizando a proposta pedagógica da Educação do Campo, com uma atuação que valorize o lugar, o trabalho, os costumes e tradições camponesas, bem como a luta pela Reforma Agrária

O Projeto Político Pedagógico do Programa Segunda Licenciatura nas áreas de Ciências Humanas e Sociais (2013), nos informa que diante disso, e considerando a possibilidade criada com o Parecer CNE/CP N° 08/2008 e a Resolução CNE/CP n° 01/2009, estabelecem diretrizes para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em Exercício na Educação Básica Pública, assim, a UVA em parceria com o INCRA apresentou uma proposta para realização de cursos de segunda licenciatura nas áreas nas Áreas de Ciências Humanas e Sociais: **Licenciatura em Geografia; Licenciatura em História;** de concentração do conhecimento, com ênfase em Educação do Campo e Questão Agrária. O objetivo desse curso foi habilitar professores e professoras e outros profissionais da educação com formação inicial em pedagogia ou em outra licenciatura que estivessem morando em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária. Com uma segunda licenciatura, ampliar-se-iam as possibilidades de atuação na educação básica, em especial no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio nas referidas áreas.

Conforme Diniz, (2019) o Curso começou a ser executado em 2015, tendo sido finalizado em 2017, portanto teve duração de dois anos. A pretensão inicial foi formar duas (02) turmas com um total de 100 Licenciados em Ciências Humanas e Sociais, sendo conferido o grau para 50 formandos em Licenciatura Plena em Geografia; 50 formandos em Licenciatura Plena em História; sendo 100% das vagas para a região Nordeste. Mas devido a vários desafios surgidos ao longo do curso terminamos com um total de 63 alunos e alunas.

Vale ressaltar que os alunos e alunas que cursaram a Segunda Licenciatura em História e a Segunda Licenciatura em Geografia, são alunos(as) dos Assentamentos de Reforma Agrária, conquistados através de muita luta, onde muitas vidas tombaram para que outros agricultores e agricultoras pudessem ter acesso à terra de trabalho.

O referido Curso foi criado com a perspectiva de contribuir com a formação de educadores e educadoras do campo nas áreas específicas do conhecimento, fortalecendo, com isso, as condições objetivas para elevação da escolaridade nos Assentamentos de Reforma Agrária. Com uma segunda licenciatura, voltada para os sujeitos do campo, acreditamos que possibilitará maior permanência dos educadores e educadoras na escola, condição importante para implementação de um currículo adequado à realidade do campo melhorando as condições para o enfrentamento dos seus desafios.

O currículo do Curso de segunda Licenciatura foi organizado em áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais com habilitação em Geografia e História, podendo os estudantes optarem para serem habilitados em uma dessas áreas. Segundo o seu Projeto Político Pedagógico (2013), a organização curricular apresentou uma carga horária total de 1.305 horas/aula, com 87 créditos integralizados em quatro períodos/módulos distribuídos entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade. Nestes períodos intensivos, compreendidos como Tempo Universidade, com uma carga horária de 70% do Curso, os estudantes tiveram formação presencial no campus universitário da UVA. O Tempo Comunidade, com carga horária 30% do Curso, foi destinado à pesquisa e as práticas e vivências na comunidade, denominação para os estágios supervisionados, como também para estudos e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. (DINIZ, p. 333 2019).

Destacamos que tanto a formalização da demanda como a construção da matriz curricular se deram em diálogo com o Movimento dos Sem Terra -MST, as Secretarias Municipais da região, a Secretaria da Educação do Ceará -SEDUC e o Comitê Executivo da Educação do Campo do Estado do Ceará:

Desta forma o curso pretende constituir-se uma construção coletiva de formação de educadores para as escolas do campo contribuindo efetivamente para a superação das históricas desigualdades educacionais vividas pelos povos que o habitam e simultaneamente corroborando para o esforço de fortalecimento da Educação do Campo, do sistema público de educação na perspectiva da melhoria e qualidade do processo de ensino-aprendizagem no Estado do Ceará, da inclusão social enquanto direito fundamental que é a educação, garantido na Constituição Federal de 1988. (PPP, 2013, p. 10).

O currículo do Curso de segunda Licenciatura foi organizado em áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais com habilitação em Geografia e História, podendo os estudantes optarem para serem habilitados em uma dessas áreas. A organização curricular apresentou uma carga horária total de 1.305 horas/aula, com 87 créditos integralizados em quatro períodos/módulos distribuídos entre o **Tempo Universidade**² e o **Tempo Comunidade**³.

Essa é uma das características metodológica a destacar que é baseada na Pedagogia da Alternância. A alternância é uma estratégia que visa favorecer a formação do indivíduo num ambiente propício à reflexão de suas próprias experiências. Para alcançar esse propósito, ela engloba dois períodos de formação vividos em tempo integral: um período de estudo na escola, seguido de outro período no trabalho. (PESSOTTI, p. 11 1975). Constitui-se num processo de formação que articula as atividades pedagógicas com a realidade cotidiana dos(as) educandos(as), ou seja, há uma articulação de períodos de vivência na sala de aula e no trabalho, resultando no Tempo Escola e Tempo Comunidade.

² Momento de estudos que ocorrem na sala de aula

³ Momento em que os alunos se voltam para seus espaços de vivência.

Nestes períodos intensivos, compreendidos como Tempo Universidade, com uma carga horária de 70% do Curso, os estudantes tiveram formação presencial no campus universitário da UVA. O Tempo Comunidade, com carga horária 30% do Curso, foi destinado à pesquisa e as práticas e vivências na comunidade, denominação para os estágios supervisionados, como também para estudos e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Neste sentido, tanto a formalização da demanda como a construção da matriz curricular se deram em diálogo com o Movimento dos Sem Terra -MST, as Secretarias Municipais da região, a Secretaria da Educação do Ceará -SEDUC e o Comitê Executivo da Educação do Campo do Estado do Ceará:

Conforme o Projeto Político Pedagógico do Programa Segunda Licenciatura nas áreas de Ciências Humanas e Sociais (2013), a estrutura curricular deve articular a estrutura da Formação Pedagógica para a Educação do Campo e a estrutura da Formação Específica nos conteúdos da área ou disciplina para a qual estará sendo licenciado. Portanto, conforme a Resolução CNE/CP nº 2/1997, a proposta pedagógica do curso constou de:

a) **Núcleo Contextual:** visa à compreensão dos processos de ensino e aprendizagem referidos à prática na escola, as relações que se passam no seu interior, com seus participantes, bem como as suas relações, como instituição, no contexto imediato e no contexto geral onde está inserida. Têm-se como princípio a Questão Agrária e a Educação do Campo integradas as atividades do curso que objetivarão a formação de uma teia de interações através de vivências didáticas em sala de aula, ação docente supervisionada, seminários temáticos, encontros pedagógicos, oficinas e ações comunitárias.

b) **Núcleo Estrutural** abordar um corpo de conhecimentos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, consideram-se: flexibilidade na compreensão e universalização do conhecimento trabalhado em aulas, seminários e estudos orientados; interdisciplinaridade na produção e socialização do conhecimento; alternância de estudos das áreas gerais de formação do professor com áreas específicas; mediação da teoria e prática pedagógicas feita pelos educadores/educandos, integrando formação acadêmica com formação continuada; com espaço para a reflexão, o diálogo e a tomada de decisões relativas à realização do curso; qualidade nos procedimentos didático-metodológicos, buscando uma ação docente efetiva.

c) **Núcleo Integrador**, centrar nos problemas concretos enfrentados pelos educadores/educandos da educação básica das escolas do campo, com vistas ao planejamento e organização da ação docente, problematizando, a partir de diferentes perspectivas teóricas das ciências humanas e sociais, com a participação articulada dos educadores/educandos das várias disciplinas do curso. (PPP, 2013, p. 19-20).

Ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Programa Segunda Licenciatura nas áreas de Ciências Humanas e Sociais (2013), os Núcleos: Contextual, Estrutural e Integrador no Curso de Segunda Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais da UVA se

estruturaram em: 01 (um) Seminário Introdutório que compõe a Base Curricular Comum, Base Curricular específica para cada habilitação e Atividades Integradoras. Essa estrutura foi desenvolvida em quatro períodos/módulos, em Tempo Universidade nos meses de janeiro e julho (2015 e 2017) e Tempo Comunidades (fevereiro a junho e agosto a dezembro). A carga horária de 1.305 h/a foi assim distribuída ao longo do curso: Esse fato é ilustrado pelo quadro 2.

Quadro 1: Carga horária de cada módulo.

Proposta	Carga horária
Base Curricular Comum*	390 h/a
Tempo Comunidade	330 h/a
Base Curricular Específica – Geografia*	585 h/a
Base Curricular Específica – História*	585 h/a

Fonte: PPP do Programa Segunda Licenciatura nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, 2013.

Portanto, o PRONERA/UVA voltou-se para a realidade dos assentamentos e da questão agrária brasileira, buscando resgatar a cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Nesta proposta, a aprendizagem escolar valorizou a história de cada educando e educanda bem como a história da comunidade e das lutas no campo, ou seja, os processos educativos passaram pelo conjunto de experiências e vivências que o agricultor e agricultora tiveram ao longo de sua vida. Vale ainda ressaltar que, nos espaços educativos, também eram considerados outros espaços como lugares onde se desenvolve o processo educacional tais como: marchas, reuniões, congressos, atividades ligadas à formação no MST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo tem motivado, nas duas últimas décadas, debates, pesquisas, políticas públicas e ações de movimentos sociais organizados. A partir do final dos anos 1990, o Movimento dos Sem Terra - MST, junto com outras organizações sociais, engajou-se num movimento nacional por uma educação do campo, com grande mobilização e forte pressão social. Tal mobilização foi capaz, inclusive, de pressionar o Estado por políticas públicas para o campo. Além disso, mudou o foco teórico do debate, com a conceituação Educação do Campo, avançando na direção de uma educação em sintonia com as populações que vivem e trabalham no campo.

As experiências da Educação do Campo através do PRONERA, e mais especificamente as experiências vividas na UVA, nos leva a concluir, em primeiro lugar, que a Educação do Campo não é um ato isolado, mas coletivo. Em segundo lugar, conclui-se que a educação na perspectiva da transformação social deve estar associada com formas alternativas e

coletivas de produção da vida, na direção da construção do que Harvey (2004) chama de “espaços de esperança”.

Seu impacto social teve um grande alcance, não somente para os agricultores e agricultoras que fizeram os cursos, mas para os(as) jovens que moram nas áreas de Assentamento de Reforma Agrária pois, terão outras possibilidades de participar da criação de condições para permanência no campo com uma vida digna. Já os agricultores e agricultoras que fizeram esse curso, foram selecionados(as) não somente como professores e professoras, mas também para responderem por coordenações e direção de algumas escolas.

Outro fator que devemos levar em consideração é que os(as) jovens que estão estudando nas escolas do campo criam as condições de permanência no campo com vida digna e passam a construir seus sonhos de vida em suas comunidades, pois a Educação do Campo traz consigo uma série de valores e práticas que buscam uma valorização do modo de vida camponês, estando assim dentro do paradigma de interpretação da revalorização do campo. Assim sendo, são vários jovens que deixam de vir engrossar as fileiras nas periferias das cidades, sem condições de trabalhos e fadados a serem criminalizados e eliminados pelas forças repressoras. Assim, podemos afirmar que a Educação do Campo é uma conquista e ao mesmo tempo uma bandeira de luta da classe camponesa.

Portanto, é importante ressaltar que a implementação de uma política de Educação do Campo como o PRONERA proporcionou que esse modelo educacional alcançasse os sujeitos excluídos e marginalizados do campo, tencionando a promoção da humanização desses sujeitos contemplados e atendidos em seus anseios que carecem de um modelo de educação pública de qualidade em consonância com as suas carências e demandas

Para finalizar O PRONERA é exemplo de uma práxis político-pedagógica que poderia ser contemplada em todas as escolas públicas do país, em particular a organização dos tempos e espaços formativos pautados na prática social e nos estudos teórico-críticos. É inspiração para superação de barreiras políticas e pedagógicas, que fazem frente ao projeto hegemônico do capital. A investigação de temas geradores (FREIRE, 1987) poderia agregar conhecimentos às práticas pedagógicas com os povos do campo nas escolas públicas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA; Mônica Castagna (orgs). **Por uma Educação do Campo**. 3.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CALDART, Roseli Salete. **Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999 (Edição: Petrópolis, Vozes, janeiro de 2000).
- CALDART, Roseli.Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, M.C.; JESUS, S.M.S.A. **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma educação do campo”, 2004, p. 13-52.
- _____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARVALHO, Jozeisa Gama de. A gestão do PRONERA no estado de Sergipe: Uma análise do Curso de Pedagogia no período 2010 a 2013. In: MARTINS, Maria de Fátima Almeida e RODRIGUES, Sonia da Silva (Org.). **PRONERA: Experiências de Gestão de uma Política Pública**. São Paulo: COMPACTA: Gráfica e Editora, 2015.
- CARVALHO, Mauro dos Santos. **Percepções da equipe técnica, dos professores e dos beneficiários sobre a questão do PRONERA no período de 2004 a 2013 o caso da UESB**. Vitória da Conquista 2018.
- DINIZ, Aldiva Sales. **Educação do campo como um processo de resistência: a experiência do PRONERA na Universidade Estadual Vale do Acaraú, estado do Ceará**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 14, n. 32, p. 325-345, abr., 2019. ISSN 1809-6271
- DINIZ, Aldiva Sales Diniz. OLIVEIRA, Adeliene Vieira de. NASCIMENTO, Cícero Danilo Gomes do. **O saber popular no chão da escola: o inventário da realidade como instrumento teórico/ prático da educação do campo no ceará**. Anais do IV EREPEG: **Formação docente e avaliação em Geografia**. Grato Ceará, 2018.
- DINIZ, Aldiva Sales. **PRONERA/Sobral: Relatos de uma Experiência**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 4/5, p. 115-129, 2002/2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano.; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: Mônica Castagna Molina; Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 1ed.Brasília: NEAD, 2004, v. 5, p. 53-89.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HARVEY David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola. 2004.
- INEP/MEC. / **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA)**. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em 16/09/2017.
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLO, Paulo R.; CALDART, Roseli Salete (orgs). **Por uma educação do campo: identidades e políticas públicas**. 2ª edição. Brasília, 2002.Um
- KOLLING, Edgar. José. [et. al] [orgs.] **Por uma educação básica do campo – Memória**. Brasília: Educação, UNB, 1999.
- HARVEY David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola. 2004.
- MESZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MOLINA Mônica C; ROCHA Maria Isabel Antunes. **Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p. 22 0 - 2 53, jul./dez.2014 Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>, acessada no dia 16/09/2017.
- MORIGI, Valter. **Escola do MST uma utopia em construção**. Porto Alegre – RS, Editora Mediação, 2003.
- OLIVEIRA Adeliene Vieira de; SALES Telma Bessa; DINIZ Aldiva Sales. **PRONERA/UVA: Narrativas sobre a formação de professores**. Rev. Geosaberes, Fortaleza, v. 8, n. 16, p. 106-120, set./dez. 2017.
- SOUZA, Rubneza Leandro de. **Educação do campo: análise das reivindicações dos trabalhadores do campo e das propostas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff**. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 09, n. 2, pags.5 – 28, jul/dez. 2013.

SANTOS, Rejane Cristina de Abreu. **A experiência do PRONERA no assentamento paz na terra: considerações sobre a educação do campo e a relação campo cidade.**

SANTOS, Clarice Aparecida. (org). **Balço Político e Linhas de Ação do PRONERA Rumo aos 10 Anos. Por uma Educação do Campo.** Campo-Políticas-Publicas-Educação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA. **Programa Segunda Licenciatura nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, com Ênfase em Educação do Campo e Questão Agrária.** Sobral/ Ce. 2013.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessada em 18/09/2017.